

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Bahia Turismo



Ruínas do Arraial de Canudos, de Antônio Conselheiro

Tarcísio de Freitas em “tempo de murici”

A história está em “Os Seretões”, clássico de literatura brasileira. Euclides da Cunha narra como as tropas do Exército brasileiro tomaram seguidas sovas dos rebeldes de Antônio Conselheiro antes de conseguirem tomar Canudos. Em uma dessas sovas, os rebeldes de Conselheiro mataram o coronel Moreira César, comandante das tropas militares. Deveria assumir em seu lugar o

coronel Pedro Nunes Tamarindo, que declinou do comando e fugiu apavorado, dizendo a seguinte frase: “Em tempo de murici, cada um cuida de si”. O ditado refere-se à fruta do muricizeiro, que continua nascendo, mesmo na pior seca. No sertão, o dito é usado para dizer que quando somente houver o murici e mais nada, é preciso se precaver e tomar cuidado.

Hora de cuidado

Na véspera do início do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, talvez alguns já estejam antevendo um “tempo de murici”. O episódio do coronel Tamarindo veio à memória com a defesa do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, das urnas eletrônicas.

Golpe

Tudo o que aconteceu e começará a ser julgado nesta terça-feira (25) no Supremo Tribunal Federal (STF) refere-se à contestação quanto à confiabilidade da urna eletrônica. Foi a evolução do discurso de suspeita sobre ela que levou a todos os demais acontecimentos.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Tarcísio demarca limites ao bolsonarismo radical

Tarcísio precisa, mas não pode se resumir ao bolsonarismo

Tido como provável alternativa de candidatura à direita na ausência de Bolsonaro em 2026, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, em um evento na noite de quinta-feira (21), fez rasgados elogios ao sistema eletrônico brasileiro. “O Brasil veio se tornando referência em termos de velocidade, de apuração, de tecnologia”,

disse Tarcísio. “Muitos países têm que olhar para o Brasil”. Para o cientista político Isaac Jordão, foi uma clara demarcação de limites. “Tarcísio precisa do bolsonarismo, mas não pode se resumir a ele”. Para Jordão, as declarações apontam o limite: o governador não adere à guerra entre os poderes e às críticas ao Judiciário.

Material

Naturalmente, Tarcísio vem sendo duramente criticado pelos bolsonaristas extremados. Se o sistema de votação é referência, nada do discurso que justificaria a intervenção se sustenta. “Tarcísio diz que não é forjado do mesmo material de Bolsonaro”, conclui Jordão.

Jogo

A verdade é que não basta a Tarcísio, caso queira disputar a Presidência, o apoio dos bolsonaristas radicais. Precisa ampliar-se para um centro conservador mais moderado. Mas, ao mesmo tempo, não pode perder os radicais. É nesse pêndulo que ele se move.

No Rio

Curioso é que menos de uma semana antes Tarcísio tinha estado em Copacabana, no ato em solidariedade a Bolsonaro e a favor da anistia. A direita, então, avalia o jogo dúbio de Tarcísio. Ao mesmo tempo em que mantém conexão com a direita, se afasta da polêmica.

Governo

Mesmo que venha a disputar a reeleição em São Paulo, não interessa a Tarcísio ser somente o candidato dos radicais. Mas a verdade é que isso talvez não valha para a grande maioria da turma do Centro: quanto mais avançar o julgamento, mais será hora de cuidar de si.

Supremo deverá aceitar denúncia contra Bolsonaro

Ao Correio, especialistas avaliam caso e próximos passos

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Nesta terça-feira (25), a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começará a decidir se tornará o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete indiciados pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, como réus ou não. Os magistrados discutirão os casos em três sessões: uma sessão extraordinária às 9h30 e uma sessão ordinária às 14h nesta terça-feira e uma nova sessão extraordinária às 9h30 de quarta-feira (26). Os então indiciados são acusados de tentativa de golpe de estado em decorrência do resultado eleitoral de 2022 e que, eventualmente, resultou nos atos antidemocráticos contra a sede dos Três Poderes de 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

Além de Jair Bolsonaro, a Corte também julgará indiciamentos contra: o ex-ministro da Casa Civil, general Valter Braga Netto; o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid; ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno; o ex-ministro da Justiça Anderson Torres; o ex-comandante da Marinha Almir Ganier Santos; o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem, e o ex-ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira.

Eles compõem o “núcleo duro” da suposta tentativa de golpe de Estado, de acordo com a Procuradoria-Geral da República (PGR). Todos serão julgados pelos crimes de: organização criminosa armada; tentativa de abolição violen-



Julgamento de Bolsonaro começa na manhã desta terça-feira

ta do Estado Democrático de Direito; dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima, e deterioração de patrimônio tombado.

Expectativas

A expectativa é que o STF aceite a denúncia de Gonet e os indiciados sejam convertidos para réus, pelos cinco ministros da Primeira Turma (Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cármen Lúcia e Luiz Fux). Para o advogado criminalista Luiz Rutis a expectativa é de que “a denúncia seja recebida sem nenhuma divergência em relação a todos os acusados”.

“Essa expectativa é ainda mais forte no ambiente da Pri-

meira Turma porque, na plenária, haveria a potencial divergência de outros ministros que fazem parte da segunda turma”, disse ao Correio da Manhã.

“Esse julgamento tem um peso significativo não apenas para a esfera jurídica, mas também para o cenário político nacional. Se Bolsonaro e os demais acusados se tornarem réus, o processo pode avançar para um desfecho com impacto direto na sua elegibilidade e nas futuras eleições. Além disso, a decisão do STF pode consolidar um precedente crucial sobre a responsabilização de autoridades por atos contra o estado democrático de direito, influenciando investigações e ações penais semelhantes no país”, reiterou o advogado criminalista Welington Arruda.

Perseguição

Ao Correio da Manhã, o líder da oposição na Câmara dos Deputados, deputado federal Luciano Zucco (PL-RS) criticou a atuação do Supremo diante do caso, acusando toda a condução legal contra o ex-presidente como perseguição política.

“As acusações são baseadas em narrativas frágeis, sem provas concretas de ilegalidade. Não há evidências claras de que Bolsonaro tenha cometido crimes; os processos são fundamentados em interpretações políticas. É um processo que todos já sabem o resultado. E ninguém mais procura esconder a vontade condenatória para eliminar da vida pública a maior liderança política da direita nacional”, destacou o parlamentar.

Julgamentos de Zambelli e pichadora adiados no STF

Lula Marques/ Agência Brasil



Zambelli pode ser condenada a cinco anos de prisão

Por Karoline Cavalcante

Na véspera do início do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro pela acusação de tentativa de golpe de Estado, duas outras análises tiveram seu desfecho adiado. Por pedidos de vista – mais tempo para analisar –, foram suspensos os julgamentos da deputada Carla Zambelli (PL-SP) e de Débora Rodrigues, que pichou a estátua da Justiça em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), solicitou nesta segunda-feira (24) vista para análise do processo contra Carla Zambelli, acusada dos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo. O julgamento do caso ocorre em plenário virtual e já apresenta um placar de cinco votos favoráveis à condenação da parlamentar por cinco anos e três meses de prisão, além da perda do mandato.

Inicialmente, a previsão de encerramento do julgamento estava marcada para a próxima sexta-feira (28), às 23h59. Com o pedido de vista, o regimento interno da Corte determina que Nunes Marques tem até 90 dias para devolver o processo, o que pode adiar a conclusão do caso para o segundo semestre de 2025. Caso o prazo não seja cumprido, o caso será automaticamente liberado para ser novamente incluído na pauta.

Embora o julgamento esteja paralisado, os ministros podem

antecipar seus votos, como fez Cristiano Zanin nesta segunda-feira. Ele se juntou ao relator, ministro Gilmar Mendes, que já havia sido acompanhado por Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes e Flávio Dino.

Entenda

O episódio aconteceu em outubro de 2022, às vésperas do segundo turno das eleições. Durante um ato político em São Paulo, o jornalista Luan Araújo provocou Zambelli com frases como “Amanhã é Lula” e outros insultos direcionados aos presentes. Em resposta, Zambelli sacou uma arma de fogo, iniciou uma perseguição e, ao encontrar Araújo em um estabelecimento comercial, apontou a arma e ordenou que

ele se deitasse no chão.

Em agosto de 2023, o STF decidiu, por nove votos a dois, aceitar a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) e tornar Carla Zambelli ré pelo episódio envolvendo o jornalista. Os ministros André Mendonça e Nunes Marques, ambos indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), votaram contra a abertura do processo, sendo que Mendonça argumentou que a competência deveria ser da Justiça de São Paulo, enquanto Nunes Marques defendeu que Zambelli agiu com a intenção de prender o jornalista que a havia ofendido, considerando a ação legítima.

Em nota divulgada na última sexta-feira (21), a deputada

reafirmou sua confiança no Poder Judiciário e na tramitação justa do processo. “Tenho total confiança na Justiça e acredito que, com o esclarecimento completo dos fatos, minha inocência será comprovada”, declarou Zambelli.

Além do STF, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) cassou, em janeiro, o diploma de Zambelli como deputada federal e a declarou inelegível por oito anos a partir do pleito de 2022. A ação foi movida pela também deputada Sâmia Bomfim (PSOL), que acusou Zambelli de abuso de poder político e de divulgar informações falsas sobre o processo eleitoral.

8 de janeiro

Também na segunda-feira, o ministro Luiz Fux pediu vista sobre o julgamento da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, acusada de pichar a estátua “A Justiça”, localizada em frente à sede do STF, com a frase “Perdeu, mané”, durante os atos de 8 de janeiro de 2023. O caso está sendo analisado pela Primeira Turma da Corte, com Alexandre de Moraes como relator. Moraes havia fixado uma pena de 14 anos de prisão – sendo 12 em regime fechado – além de R\$ 30 milhões em danos morais coletivos aos condenados pelos ataques às sedes dos Três Poderes. Até o momento, o relatório foi acompanhado pelo ministro Flávio Dino. Além de Fux, ainda restam os votos de Cármen Lúcia e Cristiano Zanin.